

UMA LEITURA CRÍTICA E (DES)COLONIAL PARA PARTICIPAÇÃO INFANTIL: POSSÍVEIS REFLEXÕES

Jonas Hendler da Paz

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação na
Universidade de Santa Cruz do Sul, Bolsista Capes PROSUC.

Eixo 3 – Educação, Trabalho e Emancipação

Este trabalho trata-se de um ensaio com o objetivo problematizar possibilidades de uma leitura crítica e (des)colonial, que colabore no processo de compreensão das contribuições que a ótica infantil pode aportar aos projetos educativos que buscam libertar-se da colonialidade, desde a reflexão das experiências das crianças e seus horizontes de expectativas. Trata-se de um recorte de uma pesquisa em construção sobre a participação infantil em movimentos de luta pela terra. Inicia-se pelo diálogo sobre as crianças e a infância com possíveis caminhos metodológicos que possibilitem a participação e a coerência teórica, seguindo pelo aprofundamento da reflexão com a discussão sobre (des)colonialidade, encaminhando possíveis considerações a cerca do objetivo.

A partir do reconhecimento da criança como um ser capaz de se pensar e pensar o mundo, a inspiração na pesquisa participante mostra-se potente para o desenvolvimento de uma problematização sobre a participação, os sujeitos e a pesquisa *com* crianças. O reconhecimento do/da outro/a e a confiança nele/a são elementos essenciais que possibilitam a relação/interação *com*. Na pesquisa participante essa relação *com* é fundamental, pois é na confiança mútua e no exercício crítico de reflexão e da ação que a construção do conhecimento e da pesquisa se desenvolvem.

Brandão (2014) convida-nos a pensar, a partir da pesquisa social, na qual a confiança e a qualidade das relações/interações são fundamentais. Em base a elas é que se desenham as possibilidades e as formas de desenvolvimento das distintas variações de pesquisas. Ele explica que as experiências de *vocação qualitativa* exigem do/da pesquisador/a, “aquém e além dos métodos de pesquisa”, a confiança em si mesmo, pois na sua “relação com os sujeitos de diálogo [...] mais do que apenas os seus dados ou, para além deles, com seus discursos [...] podem intertrocar saberes e vivências” (BRANDÃO, 2014, p. 44). Nesse processo de *intertroca* é que a pesquisa e a análise se constroem,

porém, o autor faz uma distinção com relação à pesquisa participante, pois ela se diferencia das outras experiências de *vocação qualitativa*, tanto da posição dos atores envolvidos na pesquisa quanto ao processo. Assim:

A pesquisa participante tem a sua objetiva substância na extensão de um ato primário de confiança. Agora, eu, que antes confiava em mim diante do outro, confio no outro diante de mim. E não mais como um fiel e confiável doador de si mesmo para mim, entre dados, discursos, histórias e memórias, mas como um coparticipante da criação solidária de saberes.” (BRANDÃO, 2014, p. 45).

Através da reflexão com Brandão, sobre o que distingue a pesquisa participante, podemos chegar ao entendimento de que ela é integrante de um processo solidário e amplo de criação de saberes, na qual o pesquisador é participante do processo. Tomando essa compreensão de pesquisa, e inter-relacionando com a compreensão da criança, que viemos refletindo podemos, através dessa, afirmar a criança como um ser capaz de participar ativamente nesse processo de criação de saberes, no qual reside a possibilidade e a potência da pesquisa *com* crianças.

A pesquisa *com* crianças evidencia a importância delas para a ciência e para a pesquisa na problematização e na construção da realidade e do conhecimento. Desenvolver a capacidade de responder às problemáticas que envolvem a sociedade, alcançando as razões e os objetivos da ciência e exigindo o protagonismo dos sujeitos, e se realmente entendemos as crianças como sujeitos integrantes da sociedade, elas são atores que protagonizam a história e desenvolvem a cultura. Por esses motivos, é desejável que a ciência humana e social desenvolva suas atividades pesquisas *com* sujeitos, e, assim sendo, as crianças também estão dentro dessa afirmativa. Trata-se de buscar a coerência que possibilita e que potencializa as razões que movem a ciência, a pesquisa, a problematização da sociedade e da educação. As justificativas estão vinculadas com uma forma de compreender e de agir no mundo: *crítica e solidária; com* os sujeitos - os reconhecendo, respeitando e colaborando; *ética e politicamente* - orientada para a transformação da realidade, buscando romper com as opressões que *uma visão única, totalitária* de mundo impõe. Em outras palavras, a pesquisa *com* crianças e a (des)colonialidade encontram suas bases no reconhecimento da importância do respeito a cada forma de ser e pensar, assumindo a construção dos sujeitos a partir de seu contexto, de sua cultura e do local onde cada um se faz, respeitando os elementos e a complexidade que envolve a vida.

Nesse sentido, quando Mignolo (2010) reflete sobre o projeto que busca possibilidades de ação frente ao *projeto único da modernidade* ao mundo, e os resultados

de seus efeitos sobre as sociedades – a *colonialidade* – afirma que essa construção de possibilidades é a (des)colonialidade, e ela está em construção em todo o planeta. Quijano (2014) demonstra que a colonialidade age controlando o nosso *ser* através de valores e de condutas sexuais (gênero e sexualidade), nossas *subjetividades* pelas concepções de sujeito e de cidadão - a fé cristã, o *conhecimento* pela visão teológica e filosófica com o conceito da razão que estrutura as ciências, a teoria *política* e *econômica* na exploração da terra e da mão de obra, a *autoridade* política de estados, em suas estruturas, políticas e militares. Mignolo (2010), a partir das contribuições de Quijano e outros autores que contribuem para a proposta da (des)colonialidade, partilhando da leitura de Dussel (1993) de que a modernidade é um mito para a dominação e para a subalternização, entendem que ante a esse projeto único – *universal* – elaborado desde um único *espaço de experiência* e sob um único *horizonte de expectativas* (MIGNOLO, 2010), que privilegia a Europa, propõem a universalização da *pluriversalidade* através da (des)colonialidade.

A descolonialidade pretende reconhecer criticamente a colonialidade, ou seja, enquanto um processo que parte da ferida colonial, e tem por rumo à libertação dos seres, das subjetividades, da forma de ver, de pensar, de compreender e de viver. Assim, nesse processo de libertação, é possível viabilizar a emergência de distintos projetos, sociedades e seres, em que os mesmos projetam, a partir de seu *espaço de experiências* e do seu *horizonte de expectativas*, a *pluriversalidade* e a composição de universalidades.

Essa pesquisa pode ser uma contribuição aos estudos que têm como referência a reflexão desde a colonialidade e as marcas deixadas pela ferida colonial, assim como para as pesquisas com crianças. Se, por um lado, os estudos sobre a (des)colonialidade em geral produzem as reflexões e as contribuições desde o mundo adulto, também nos movimentos sociais, na educação popular e na política, dificilmente se pensa a partir da criança ou com ela. Por outro lado, ao pesquisarmos *com* crianças, é importante *desprender-nos* da lógica da colonialidade e da racionalidade moderna, possibilitando que o pensamento gerado desde outros lugares, lógicas, histórias e subjetividades, sejam possíveis, e não apenas aqueles gerados de acordo com a racionalidade dominante.

Entendemos que a pesquisa *com* crianças surge no reconhecimento delas. Tanto o reconhecimento desses atores e atrizes e quanto a geração de processos de pesquisas, que compreendem a importância e a potência do que as crianças manifestam/expressam e o que sentem, imaginam, criam, interagem e vivem com e na sociedade, estão relacionados com a crítica de Rosemberg (1984), a qual apresenta a relação adulto-criança, na qual o adulto está em uma posição superior mais próxima da sociedade e da criança na natureza.

A autora manifesta que essa relação não propicia uma verdadeira interação, e que a sociedade é centrada no adulto e “ante a impossibilidade de adequar a sociedade-centrada-no-adulto à criança, o adulto passa a educá-la” (ROSEMBERG, 1984, p. 24). Nesse sentido, entendemos que o conceito de *adultocentrismo* é formulado, como também a relação da pesquisa *com* crianças com a presente crítica.

Contudo, cabe ressaltar que entendemos que a relação da (des)colonialidade com a crítica ao adultocentrismo e a pesquisa *com* crianças, não se limita ao adultocentrismo, mesmo que este possa ser entendido como fruto da invenção da modernidade, ou da visão eurocêntrica e/ou produto da colonialidade. A pesquisa *com* crianças pode, além de ter como princípio o reconhecimento da importância desses sujeitos – as crianças – ter o comprometimento com a libertação da sociedade do controle do *ser*, do *pensar*, das *subjetividades*, do *conhecimento*, da *colonialidade*, ou seja, a (des)colonialidade. Esse processo passa por reconhecer a criança e a integrar a pluriversalidade. Por isso, argumentamos a potência dessa relação da pesquisa *com* crianças e a (des)colonialidade.

Antunes-Rocha (2013) contribui com a reflexão que estamos propondo, e com a justificativa deste projeto, ao defender que as crianças participem da construção de um projeto de campo e sociedade que inclui o modo de vida camponês. Mais que isso, ao compreendermos a heterogeneidade das infâncias e, a importância de incluir os diferentes olhares advindos delas na história e na construção da sociedade, defendemos a politização necessária do campo da infância (CASTRO, 2008), e a (des)colonialidade para a contribuição na construção de projetos educativos que partam de suas experiências e seus horizontes de expectativas para transformar a realidade de forma crítica e libertadora.

O princípio que fundamenta a justificativa da proposta reside no reconhecimento de uma grande parcela da sociedade, as crianças. Para além de um direito e para a possibilidade de construção de uma sociedade democrática, justa e solidária, este reconhecimento também contribui para não perdermos uma parte importante da história, pois se entendemos como Freire (2000) “O ser humano é, naturalmente, um ser da intervenção no mundo à razão de que faz a História. Nela, por isso mesmo, deve deixar suas marcas de sujeito e não pegadas de puro objeto” (p. 119). Assim sendo pode-se afirmar que é uma questão, sobretudo, de humanização.

Outro importante argumento reside em que as diversas áreas que estudam a infância reconhecem o quanto este campo é novo é carece de problematização (COHN, 2013; BUSS-SIMÃO, 2009; BARBOSA, 2000; REDIN, 1985; CORDEIRO, PENITENTE 2014). Sobretudo os estudos que focam o campo e as infâncias do campo

(PELOSO, 2015) e, ainda mais, sobre a participação das crianças nos movimentos sociais, onde “Observa-se que a criança é praticamente ausente nas teorizações sobre ator e ação social nos estudos dos movimentos sociais; além disso, a análise da participação da criança em ações coletivas mostra-se lacunar nos estudos da infância.” (GOUVÊA, CARVALHO, SILVA, 2021).

Considerando os silenciamentos e as feridas causadas pela colonização, pela invenção da modernidade e pela colonialidade, uma importante parte de nossa história carece de estudos, a história das crianças e das infâncias da América desde o que a perspectiva da (des)colonialidade pode contribuir para conhecermos. Compreender o impacto que este processo teve é um desafio que requererão muito esforço das Ciências sociais e Humanas. Gostaria de aportar neste sentido com o presente estudo. Deste movimento espera-se colaborar com os projetos educativos de libertação desde as experiências e as expectativas das crianças de *nossa América*. Assim, também é importante destacar a potência dos diálogos desenvolvidos na Linha de Pesquisa “Educação, Trabalho e Emancipação” para o desenvolvimento do estudo e a problematização das dimensões que colaboram para seus objetivos.

PALAVRAS-CHAVE: (Des)colonialidade; Pesquisa com crianças; Movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Prefácio. In: SILVA, Isabel de Oliveira e; SILVA, Ana Paula Soares da; MARTINS, Aracy Alves (Orgs.). **Infâncias do campo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 9-11.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação Popular e Pesquisa Participante: um falar algumas lembranças, alguns silêncios e algumas sugestões. In: STRECK, Danilo R.; SOBOTTKA, Emil A.. EGGERT, Edla (org.). **Conhecer e transformar: pesquisa-ação e pesquisa participante em diálogo internacional**. Curitiba, PR: CRV, 2014. p. 39-73.

CASTRO, L. A politização (necessária) do campo da infância e da adolescência. **Revista Psicologia Política** [Online], 7(14), 2008. Disponível: <<http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/seer/ojs/viewarticle.php?id=32>>. Acesso em: ago. de 2018.

COHN, Clarice. Concepções de infância e infâncias. Um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. **Civitas**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 221-244, maio-ago. 2013.

DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt**. Tradução Jaime A. Clasen. Petropolis, RJ: Vozes, 1993.

Freire, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos São Paulo: UNESP, 2000.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica**: Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo 2010.